

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS
DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ CERMA/PR
28/08/2023**

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Agosto de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e quinze minutos, em formato híbrido, presencialmente na Escola de Educação e Direitos Humanos (ESEDH) sito à Rua Almirante Tamandaré, nº 1133, e *online* através de videoconferência, com acesso pelo *link* encaminhado na convocatória, deu-se início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais: Secretaria de Estado de Segurança Pública** Titular — Cláudio Marques Rolin e Silva; **Secretaria de Justiça e Cidadania** Titular — Evlin Gamra e Suplente — Shanny Mara Neves; **Secretaria de Saúde**, Titular — Lucimar Pasin Godoy e Suplente — Rosane Souza Freitas; **Casa Civil**, Titular — Gil Souza; **Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda**, Suplente — João Edison Miranda; **Secretaria de Estado da Educação**, Titular — Sandra Aparecida da Silva; **Secretaria de Estado do Esporte**, Suplente — Sônia Soares; **Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**, Titular — Lenir Aparecida Mainardes da Silva. **Conselheiros da Sociedade Civil: Cáritas Brasileira Regional Paraná**, Titular — Márcia Terezinha Ponce e Suplente — Francisco Rodriguez; **Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana**, Titular — Marina Monteiro; **Conselho Regional de Psicologia (CRP)**, Suplente — Victoria De Biasso Klepa; **Serviço Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese Curitiba** Titular — Adriana Maria Matias; **Serviço Pastoral de Francisco Beltrão**, Titular — Rosane Aparecida da Silva Pereira; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras**: Titular — Rockmillys Basante Palomo. **Demais participantes da reunião:** Andréia Corat (CODIHC/SEJU); Jeferson (CODIHC/SEJU); **Justificativas de Ausência:** Sem justificativas de ausência. **1. Abertura:** Inicialmente, Cláudio Marques saudou todos (as) e deu início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos

32 Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. 2. Aprovação da Ata de Julho de
33 2023: Cláudio Marques indagou se todos (as) receberam a ata e se haviam objeções
34 ou inclusões. Sem manifestações, a Ata de Julho de 2023 foi aprovada por
35 unanimidade do pleno. **3. Apreciação e Aprovação da Pauta:** Cláudio Marques
36 solicitou a inversão de pauta para que fosse realizado o relato do andamento do
37 acidente em Palotina. **4. Relato do Andamento das Apurações do Acidente em**
38 **Palotina:** Primeiramente, Jeferson se apresentou e informou que substituirá a Dra.
39 Sílvia Xavier na Coordenação do CODIHC a partir de agora, assim, destacou que a
40 SEJU tem dado toda a assistência e o próprio Secretário Santin visitou a cidade. Em
41 seguida, Jeferson realizou a leitura do seguinte relatório: “*Em 3 de Agosto de 2023,*
42 *foi realizada uma visita na qual a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania se*
43 *reuniu com a Secretaria Municipal de Assistência Social e informou que o Ministério*
44 *Público solicitou elaboração de um Estudo Social sobre a tragédia sobre a tragédia*
45 *ocorrida no dia 26 de Julho de 2023. Foi também solicitada que conste no referido*
46 *estudo os locais de residência das vítimas, bem como as necessidades das*
47 *respectivas famílias. A Secretaria de Assistência Social esclareceu que as famílias*
48 *não estavam referenciadas no CRASS, visto que, anteriormente necessitavam do*
49 *apoio da Assistência Social em situações pontuais. Relatou também que o Ministério*
50 *Público do Trabalho está acompanhando todo o processo de indenização a ser*
51 *recebido pelas famílias das vítimas. A Assistência Social também alegou que o*
52 *Cônsul do Haiti esteve presente no município e que realizou reuniões na Câmara*
53 *dos Vereadores e na Cooperativa C. Vale. Informou que a Cooperativa possui um*
54 *Comitê de Gestão de Crise e realizou todos os trâmites e encaminhamentos*
55 *necessários. Na mesma data, após o término dessa reunião, foi realizada uma*
56 *reunião com a Secretária Municipal de Assistência Social, a Chefia do CODIHC,*
57 *ressaltou que a visita em nome do Secretário (a pedido dele), não teria cunho*
58 *fiscalizador e que tinha objetivo de acolher o município e fornecer todo o apoio*
59 *necessário em decorrência da tragédia, buscando auxiliar as demais famílias e suas*
60 *necessidades referentes aos serviços prestados pelo Governo do Estado por meio*
61 *da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da SEJU. Após esse período,*
62 *será enviado um novo ofício para reforçar a solidariedade e o suporte ao Município*

63 com relação ao surgimento de novas demandas que por ventura surgir em
64 decorrência da tragédia após a última visita realizada pela SEJU. A Secretaria de
65 Estado da Justiça e Cidadania, na medida do possível, permanece em contato com
66 a Prefeitura de “Palotina a que auxiliará com intermediadora dos serviços ofertados
67 pelo Governo do Estado.” Após a leitura, Jeferson informou que na semana passada
68 fez contato — em nome do CODIHC — com o Ministério Público do Trabalho e com
69 a Superintendência Regional do Trabalho para acompanhar toda a fiscalização e
70 aguardar os laudos para que todas as medidas necessárias sejam tomadas. Um fato
71 importante é que a C. Vale já se manifestou que os trabalhadores eram CLT e
72 terceirizados, sendo assistidos pela legislação atual. Márcia registrou que cabe à
73 Embaixada fiscalizar se as famílias têm ciência do que é uma indenização no Brasil
74 e as representações dos Advogados (as) estavam sendo feitas corretamente.
75 Adriana indicou que ficou uma lacuna devido à ausência do CERMA em Palotina
76 após a tragédia, sendo necessária uma maior atenção do Conselho e da Secretaria
77 para que não ocorra novamente. Evlin informou que esteve presente em Palotina em
78 nome do CERMA e da SEJU e que a coleta de informações que foi realizada gerou
79 o relatório apresentado acima. Márcia indicou a necessidade de separar o que são
80 as atribuições do CERMA da presença do CERMA, pois é diferente da presença da
81 Secretaria nesses espaços e ela não fala pelo Conselho — que tem a presença da
82 Sociedade Civil. Portanto, o acidente de Palotina foi uma oportunidade perdida do
83 CERMA efetivamente atuar e é esse lugar que deveriam ocupar enquanto Conselho.
84 Ademais, Adriana registrou que a representação do CERMA em qualquer espaço
85 deve ser primeiramente, aprovada em plenária por todos (as), ou seja, ninguém
86 pode representar o Conselho sem aprovação prévia. Elizete perguntou se alguém
87 conseguiu fazer contato ou se houve algum acompanhamento com as famílias dos
88 migrantes. Cláudio Marques respondeu que até agora não conseguiu conversar com
89 a Embaixadora do Haiti ou os familiares, mas há o acesso por meio dos Boletins de
90 Ocorrência a qualquer momento que se fizer necessário. Márcia ressaltou que sua
91 sugestão é de que o CERMA crie um contato com a Embaixada do Haiti, pois é ela
92 quem tem a maior competência para averiguar a situação das famílias no Haiti, para
93 isso, indicou que repassaria o contato da Assessora da Embaixadora para que a

94 Mesa Diretora entre em contato. Em seguida, Júlia informou que a Comissão de
95 Igualdade Racial da ALEP fez uma visita a Palotina e que conseguiram visitar alguns
96 familiares das vítimas, essas que possuem dificuldades de conseguir apoio devido à
97 língua e necessitam de uma atenção mais cuidadosa por parte dos órgãos e da
98 própria C. Vale. Júlia também destacou a importância da atuação do Ministério
99 Público do Trabalho e a cobrança do CERMA em cima disto, sendo muito importante
100 compreender que o local em que se iniciou a explosão havia somente funcionários
101 migrantes. Ademais, há de se ter a preocupação para a construção de ações de
102 médio e longo prazo para garantir boas condições de trabalho e de integração dos
103 haitianos em Palotina. Victoria indicou que encaminharia o Relato da Reunião que
104 aconteceu em Palotina para a Mesa Diretiva do CERMA. **5. Informes:** Evlin informou
105 que foram feitas duas solicitações na Mesa, primeiro, a capacitação de conselheiros
106 (as) — que será encaminhada para todos (as) por *e-mail* para avaliações e
107 contribuições —, que acontecerá em Novembro e da Polícia Federal, que até o fim
108 de Setembro acontecerá uma inauguração da sala dentro do órgão. Em relação ao
109 evento que acontecerá no mês de Outubro em Londrina, foi resolvido que será
110 definida a representação no âmbito da Mesa Diretiva. Márcia informou que amanhã
111 viajarão para Brasília para participar do FONACERAM, que estava vencendo um
112 ano de coordenação provisória e terá reunião com alguns Ministérios e Agências da
113 ONU, construção do Regimento Interno e Eleição da nova Mesa Diretiva. Rockmillys
114 relatou que estavam tendo dificuldades com a Embaixada da Venezuela, onde os
115 migrantes solicitaram Certidões, Apostilamentos e outro serviços e não obtiveram
116 respostas, não sendo possível se inscreverem em Casamentos Coletivos porque os
117 Cartórios não aceitam as inscrições sem as documentações necessários. **6.**
118 **Readequação das Comissões:** Cláudio Marques sugeriu que as comissões fossem
119 postadas no grupo de *Whatsapp* e as pessoas fossem se inscrevendo naquelas que
120 achem pertinentes. Andreia indicou que o grupo precisava ser reformulado
121 novamente porque com a reforma administrativa, muitas pessoas foram substituídas
122 no Conselho, para isso, é necessária uma verificação de todas (os) para atualização.
123 Adriana sugeriu que fosse instalado um Comitê de Crise e pensar em sua
124 organização para ir a Palotina. Márcia acrescentou que não seria um Comitê

125 Permanente, mas temporário para apurar a visitação em Palotina com a presença de
126 conselheiros (as) governamentais e da sociedade civil, sendo necessário considerar
127 a confecção dos Cartões Corporativos para viabilizar a ida de todos (as). Andréia
128 informou que a situação dos Cartões Corporativos estava bem adiantada, mas
129 houve alguns problemas como pessoas que não informaram data de nascimento e
130 nem dados dos suplentes. Lucimar indagou que, como a SEJUF foi desmembrada
131 em 4 outras Secretarias, não seria necessário aumentar o número de vagas para os
132 membros governamentais — e conseqüentemente, membros da sociedade civil para
133 haver paridade. Andreia informou que no Regimento Interno são definidas vagas
134 para: SEJU; SESP; SETR; SESA; SEED; SEES; SETI e Casa Civil. Lucimar
135 destacou que é muito importante que a CEAS faça parte do CERMA. Márcia
136 lembrou que foi feita uma proposta de alteração da Lei de Criação do Conselho e
137 não foi aprovada para que mantivesse as mesmas representações das Secretarias,
138 naquela época, era uma Secretaria e tinha representação do CERMA com grande
139 participação nas reuniões. Andréia indicou que são apenas as secretarias citadas
140 acima que estão na Lei do CERMA e no Regimento Interno. Lucimar pontuou que
141 sua fala foi relacionada à SEDEF por ser uma parte essencial na geração de renda e
142 questão da assistência social. Márcia solicitou que a discussão de alteração de
143 regimento fosse encontrada nas atas das reuniões e se houve alguma alteração, é
144 necessário discuti-las porque não foram aprovadas em plenária, sugerindo que essa
145 pauta seja posta na próxima reunião do Conselho para discutir e avaliar a
146 distribuição dos membros e o Regimento Interno. Lucimar informou que no
147 Regimento Interno já há a previsão de representação da Secretaria responsável pela
148 política de Assistência Social. Portanto, a Secretaria Executiva deve encaminhar um
149 ofício individual para cada Secretaria de Estado que compõe o Conselho para
150 reafirmar suas representações dentro do Conselho. Elizete sugeriu que hajam
151 membros observadores dentro do Comitê de Crise, como a UFPR, PUC,
152 organizações da ONU e etc. Márcia acrescentou que o MPPR também deveria
153 compor, além do ACNUR e OIM. Lena respondeu que sim, o MPPR poderia
154 participar como observador, mas em sua opinião, é o MPT quem deve acompanhar
155 a questão por ser o órgão que já está a par da tragédia apurando as causas e

156 responsabilizações. **7. Encerramento:** Por fim, Adriana agradeceu a presença de
157 todos (as) e deu-se por encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos
158 Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. A presente ata foi
159 lavrada por Davi da Rosa e revisada por Andréia Maria Sanson Corat – Secretária
160 Executiva – CERMA-PR.